

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.442 - RJ (2018/0305266-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : ALLAN PATRIQUE DE AMORIM SANT ANNA (PRESO)
ADVOGADO : JORGE FERNANDO ALONSO - RJ213755
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ALLAN PATRIQUE DE AMORIM SANT ANNA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que denegou o *writ* na origem, por acórdão assim ementado (fl. 42):

Habeas Corpus em que se pleiteou a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente. Liminar indeferida.

Parecer da Procuradoria de Justiça pela denegação da ordem. 1. O paciente foi preso em flagrante em 30/03/2018 e denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (1º fato), e no artigo 157, § 2º, inciso II, na forma do artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal (2º fato), na forma do artigo 70 (duas vezes), do Código Penal. 2. O impetrante sustenta que houve ilegalidade do reconhecimento feito pela vítima, sem a observância do disposto no artigo 226, do CPP, alegando a nulidade da prova indiciária. Com a devida vênia, penso que a análise a esse respeito deve ter lugar quando se apreciar a essência do recurso de apelação.

Tal questão “prefacial” reflete-se no mérito e com ele deve ser decidida. Não cabe o seu exame na via estreita do presente writ. 3. Não há que se falar em relaxamento por ilegalidade no encarceramento. A decisão que manteve a prisão preventiva do paciente possui fundamentação exigida pela Constituição da República e pela lei, não padecendo de qualquer vício. 4. Segundo se extrai dos elementos coligidos nos autos, estão presentes os pressupostos legais autorizadores do encarceramento do paciente, não subsistindo qualquer violação ao princípio da presunção de inocência, não se mostrando suficientes, no caso concreto, outras medidas cautelares.

5. Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou arbitrariedade. 6. Ordem denegada, sendo recomendada brevidade na entrega da prestação jurisdicional.

Busca-se a revogação da prisão preventiva, com a alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar e de negativa de autoria.

O recorrente foi condenado pela prática dos delitos tipificados no arts.

157, § 2º, I e II, (1º fato) e 157, § 2º, II, c/c Art. 14, II, em concurso formal, duas vezes (2º fato), à 9 anos e 7 meses e 23 dias de reclusão e 29 dias-multa.

A liminar foi indeferida.

Foram prestadas as informações.

O Ministério Público Federal ofertou parecer para negar provimento em parte e perda do objeto.

Na origem, a ação penal n. 0074171-90.2018.8.19.0001 encontra-se em fase de apelação, conforme informações processuais eletrônicas consultadas em 5/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No curso deste writ, sobreveio sentença condenatória, no que diz respeito a prisão preventiva, restou assim fundamentada (fls. 159/160):

[...]. O acusado respondeu preso cautelarmente a todo o processo, restando hígidos os motivos determinantes de sua custódia, alterando-se apenas o título da prisão cautelar (sentença condenatória recorrível), devendo ser recomendado onde se encontra custodiado. [...].

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 138/139):

[...]. Cuida-se de comunicação de prisão em flagrante de ALLAN PATRIQUE DE AMORIM SANTANNA pela suposta prática do crime do artigo 157, §2º. II, do CP Instado a se manifestar, o Ministério Público tomou ciência da prisão, opinando pela conversão da prisão em flagrante em preventiva. Relatado, decido. Em atenção ao disposto no artigo 310 do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei nº 12.403/2011. Passo a examinar se estão presentes na hipótese os pressupostos necessários para o relaxamento da prisão em flagrante, ou sua conversão em prisão preventiva, ou ainda, concessão da liberdade provisória ao indiciado. Na hipótese, verifica-se que as peças de informação que integram estes autos contemplam sólidos elementos indicadores da existência do crime e da autoria do indiciado, conforme depoimentos prestados em sede policial. Além do mais o indiciado foi preso em flagrante delito, logo após ter subtraído os pertences das vítimas quanto à necessidade da prisão, pode-se afirmar, com segurança, que a constrição da liberdade de locomoção dos indiciados é medida que se impõe como forma de se

garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal. Ressalto que não há comprovação de residência no distrito da culpa, bem como nada que demonstre que, livre, o indiciado não tentará se esquivar da aplicação de eventual sanção pena. Além disso, não se pode ignorar o fato de que o indiciado não apresentou, até este momento, qualquer comprovante de exercício de atividade laborativa lícita no distrito da culpa, havendo risco real de frustração da aplicação da lei penal caso sejam postos em liberdade. Consigne-se que, que estão presentes os requisitos normativos dos artigos 313 (inciso I) e 314 do CPP para a imposição da medida cautelar extrema de prisão. Frise-se, ainda, que a prisão preventiva é a única medida eficiente para se atingir o fim colimado na hipótese vertente de preservação da ordem pública, visto que somente a total segregação do indiciado do convívio social é instrumento idôneo a prevenir a reiteração delitiva. Pelo exposto, com base nos artigos 310. II. do CPP. CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE do indiciado EM PRISÃO PREVENTIVA. [...].

Já a decisão que manteve a prisão preventiva dispôs da seguinte forma (com destaque fls. 139/140):

*[...]. DECISÃO: Inicialmente, cumpre consignar que pelo custodiado não foi informada qualquer agressão no ato prisional. Não há nada que indique ilegalidade nas prisões do custodiado, tratando-se de flagrante formal e perfeito, conforme já exposto na decisão anterior que homologou o flagrante e converteu em prisão preventiva. Em relação ao pedido da manutenção da prisão preventiva formulado pelo Ministério Público, de se notar que se trata de medida de cautela processual cabível, eis que presentes e demonstrados os pressupostos e requisitos insertos no artigo 312 do Código de Processo Penal. Conforme já bem fundamentado pelo I. Magistrado na última decisão, presentes o fumus comissi delicti' e o periculum libertatis. Trata-se, o presente caso, de crime grave, o qual enseja um ambiente preocupante à paz social do local. **A forma como o crime teria sido praticado é preocupante e gera grave perturbação da ordem pública, já que o custodiado, em superioridade numérica, já que atuava com um comparsa, e com o emprego de um simulacro de arma de fogo, subtraiu e tentou subtrair bens de diversas vítimas.** Portanto, em razão da extrema gravidade do delito imputado, já amplamente exposto na decisão retro, há a necessidade do encarceramento cautelar do custodiado. Ressalta-se, ainda, que a colocação em liberdade do custodiado poderá influenciar negativamente na higidez do depoimento das vítimas, quando estas forem ouvidas em juízo, devendo-se resguardar a instrução criminal. Verifico que não consta nos autos qualquer documento que comprove domicílio certo dos custodiados no distrito da culpa, bem como*

trabalho lícito. Desta forma, continuam hígidos os fundamentos na decisão que decretou a prisão preventiva. Ante todo o exposto, por considerar insuficientes quaisquer outras medidas cautelares diversas da prisão, indefiro o pedido de liberdade e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do CUSTODIADO, vez que estão presentes os requisitos previstos no art. 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal. Deve o cartório da CEAC enviar estes autos ao juízo competente por distribuição, bem como acautelar a mídia em local próprio. Intimados os presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência. [...].

Como se vê, o decreto de prisão destacou a necessidade da custódia apontando que há gravidade nos fatos praticados, e assim justificou a medida: *A forma como o crime teria sido praticado é preocupante e gera grave perturbação da ordem pública, já que o custodiado, em superioridade numérica, já que atuava com um comparsa, e com o emprego de um simulacro de arma de fogo, subtraiu e tentou subtrair bens de diversas vítimas.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator